

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	52
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	53
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	610
Preferenciais	0
Total	610
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	697.663	880.163
1.01	Ativo Circulante	139.782	103.987
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	83.319	59.580
1.01.03	Contas a Receber	27.634	33.665
1.01.03.01	Clientes	27.634	33.665
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.082	4.695
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.747	6.047
1.01.08.03	Outros	6.747	6.047
1.01.08.03.02	Outros créditos	6.747	5.574
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	0	473
1.02	Ativo Não Circulante	557.881	776.176
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	516.826	716.250
1.02.01.07	Tributos Diferidos	50.933	56.069
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	50.933	56.069
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	343.112	538.025
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	343.112	538.025
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	122.781	122.156
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	116.719	115.665
1.02.01.10.04	Outros ativos	6.062	6.491
1.02.04	Intangível	41.055	59.926
1.02.04.01	Intangíveis	41.055	59.926
1.02.04.01.02	Intangível	40.566	59.878
1.02.04.01.03	Direito de uso	489	48

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	697.663	880.163
2.01	Passivo Circulante	246.358	384.015
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.274	3.736
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.274	3.736
2.01.02	Fornecedores	18.676	16.667
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.676	16.667
2.01.03	Obrigações Fiscais	27.785	32.295
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	25.401	29.647
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	22.822	27.187
2.01.03.01.02	Obrigações fiscais	2.579	2.460
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.384	2.648
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	48.780
2.01.04.02	Debêntures	0	48.780
2.01.05	Outras Obrigações	195.623	282.537
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	999	5.451
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	999	5.451
2.01.05.02	Outros	194.624	277.086
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	190.936	273.021
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	686	780
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	2.509	3.234
2.01.05.02.07	Arrendamento mercantil	493	51
2.02	Passivo Não Circulante	108.999	108.804
2.02.04	Provisões	108.999	108.804
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	108.999	108.804
2.03	Patrimônio Líquido	342.306	387.344
2.03.01	Capital Social Realizado	71.000	71.000
2.03.02	Reservas de Capital	97.835	97.835
2.03.04	Reservas de Lucros	173.471	218.509
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	173.471	218.509

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	126.158	124.400
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-42.347	-35.669
3.03	Resultado Bruto	83.811	88.731
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.008	-11.870
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.379	-11.917
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	371	47
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	77.803	76.861
3.06	Resultado Financeiro	5.524	2.172
3.06.01	Receitas Financeiras	6.232	12.126
3.06.02	Despesas Financeiras	-708	-9.954
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	83.327	79.033
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28.364	-26.861
3.08.01	Corrente	-23.228	-21.033
3.08.02	Diferido	-5.136	-5.828
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	54.963	52.172
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	54.963	52.172
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	90,10328	85,52787

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	54.963	52.172
4.03	Resultado Abrangente do Período	54.963	52.172

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	74.309	61.976
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	77.538	81.688
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	54.963	52.172
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.136	5.828
6.01.01.03	Amortização do intangível	19.877	18.125
6.01.01.04	Juros sobre Empréstimos e Financ. Debêntures	274	8.300
6.01.01.05	Juros sobre Debêntures Partes Relacionadas	-4.569	-7.321
6.01.01.06	Provisão de Riscos Cíveis, Tributários e Trabalhistas	1.837	6.285
6.01.01.08	Resultado de instrumentos financeiros não realizados	0	-1.881
6.01.01.10	Baixa de Intangível	20	180
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.135	-14.822
6.01.02.01	Clientes e Contas a Receber Poder Concedente	6.031	6.289
6.01.02.02	Despesas antecipadas, outros ativos e Impostos a recuperar	-18.740	5.556
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-1.341	2.135
6.01.02.04	Fornecedores, Prestadores de Serviços e Partes Relacionadas	3.108	1.973
6.01.02.05	Obrigações sociais e trabalhistas	538	-992
6.01.02.06	Obrigações tributárias	23.370	21.023
6.01.02.07	Outras contas a pagar	-284	-1.560
6.01.02.08	Provisão de Riscos Cíveis, Tributários e Trabalhistas - Utilização	-1.642	-3.322
6.01.02.09	Partes Relacionadas	13.418	-8.866
6.01.02.10	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-27.593	-37.058
6.01.03	Outros	-94	-4.890
6.01.03.01	Provisão para manutenção - utilização	0	-4.797
6.01.03.02	Apropriação da outorga variável	-94	-93
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.516	-2.642
6.02.01	Aquisição de Ativo Intangível	-1.516	-2.642
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-49.054	-4.645
6.03.02	Debêntures - Pagamento de principal	-48.774	0

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.03.03	Pagamento de Juros de Debêntures	-280	-4.645
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	23.739	54.689
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	59.580	161.086
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	83.319	215.775

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	218.509	0	0	387.344
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	218.509	0	0	387.344
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-100.000	0	0	-100.000
5.04.08	Dividendos distribuídos (R\$ 163,93 por ação)	0	0	-100.000	0	0	-100.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	54.963	0	54.963
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	54.963	0	54.963
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	118.509	54.963	0	342.307

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	220.408	0	0	389.243
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	220.408	0	0	389.243
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	52.172	0	52.172
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	52.172	0	52.172
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	220.408	52.172	0	441.415

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	138.407	136.217
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	133.734	131.084
7.01.02	Outras Receitas	4.620	3.991
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	53	1.142
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.885	-22.405
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-9.996	-9.898
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.766	-9.342
7.02.04	Outros	-2.123	-3.165
7.02.04.01	Custos da Concessão	-2.070	-2.023
7.02.04.02	Custos da Construção	-53	-1.142
7.03	Valor Adicionado Bruto	118.522	113.812
7.04	Retenções	-19.877	-18.125
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.877	-18.125
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	98.645	95.687
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.232	12.126
7.06.02	Receitas Financeiras	6.232	12.126
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	104.877	107.813
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	104.877	107.813
7.08.01	Pessoal	8.137	6.297
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.708	4.991
7.08.01.02	Benefícios	1.144	1.085
7.08.01.03	F.G.T.S.	285	221
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	41.369	39.820
7.08.02.01	Federais	34.530	33.132
7.08.02.02	Estaduais	17	20
7.08.02.03	Municipais	6.822	6.668
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	408	9.524
7.08.03.01	Juros	193	7.598
7.08.03.03	Outras	215	1.926
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	54.963	52.172
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	54.963	52.172

Comentário do Desempenho

1T21



Comentário do Desempenho

Press Release

Matão (SP), 17 de maio de 2021 – A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Companhia”), concessionária de rodovias que administra 442 quilômetros no Estado de São Paulo, divulga hoje seus resultados referentes ao primeiro trimestre de 2021 (“1T21”).

Concessionária

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. está sediada na Rua Marlene David dos Santos, 325, Matão, Estado de São Paulo. Constituída em 29 de abril de 1998, iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997. A Sociedade tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Araraquara, Catanduva, São José do Rio Preto, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro, que totaliza 442 km de extensão.

Em 25 de fevereiro de 2013 a Sociedade obteve registro como “companhia aberta” junto à CVM.



AB Concessões S.A.

A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por ser um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Argentina, Índia, Polônia, México e Porto Rico.

A controladora AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Triângulo do Sol (100%), Rodovias das Colinas (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%).

Comentário do Desempenho

DESTAQUES

- » A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no 1T21 foi de R\$ 133,7 milhões (+2,0%).
- » A receita líquida¹ atingiu R\$ 126,1 milhões no 1T21, ante R\$ 123,3 milhões no mesmo período de 2020 (+2,3%).
- » O tráfego da Companhia no 1T21 foi de 10,1 milhões de eixos equivalentes², volume 0,1% maior que o tráfego do primeiro trimestre de 2020.
- » O EBITDA Ajustado³ no 1T21 foi de R\$ 97,7 milhões (+2,8%).

¹ Exclui as Receitas de Construção

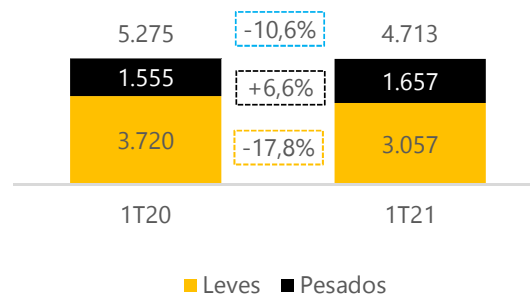
² Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

³ O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

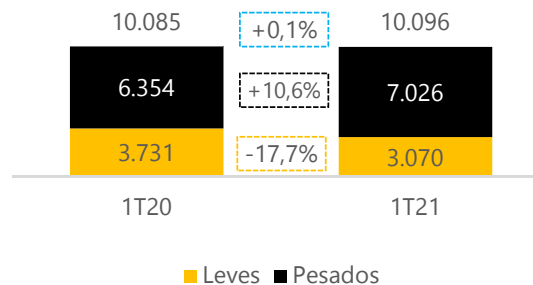
Comentário do Desempenho

Tráfego

» Em milhares de veículos



» Em milhares de eixos equivalentes



A redução no número de veículos que transitaram pelas rodovias da Companhia no primeiro trimestre de 2021 foi de 10,6%.

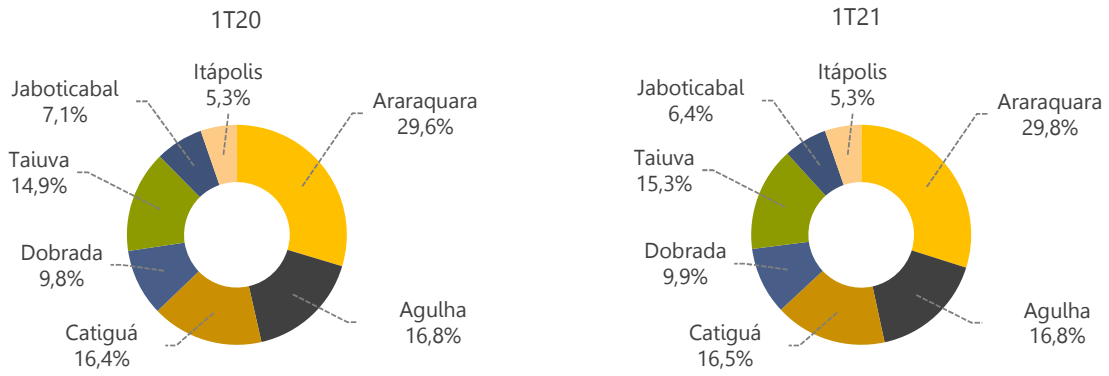
No primeiro trimestre de 2021, o tráfego da Companhia foi de 10,1 milhões de eixos equivalentes (+0,1%).

No ano de 2020, o tráfego da Companhia foi afetado pelas medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do COVID-19. No Estado de São Paulo foi decretado desde 21 de março de 2020 quarentena para serviços não essenciais em todos os 645 municípios do Estado. Somente serviços essenciais das áreas de saúde, alimentação, abastecimento, segurança, limpeza e bancos estariam autorizados a funcionar. Essas e outras medidas afetaram majoritariamente o tráfego.

O tráfego da Companhia tem sua maior concentração na rodovia SP 310 (Washington Luís), que representa aproximadamente 63,1% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes. O corredor da Rodovia SP 310 é uma importante via de ligação entre as regiões noroeste do Estado de São Paulo e Centro Oeste do Brasil, grandes produtoras de *commodities* do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos.

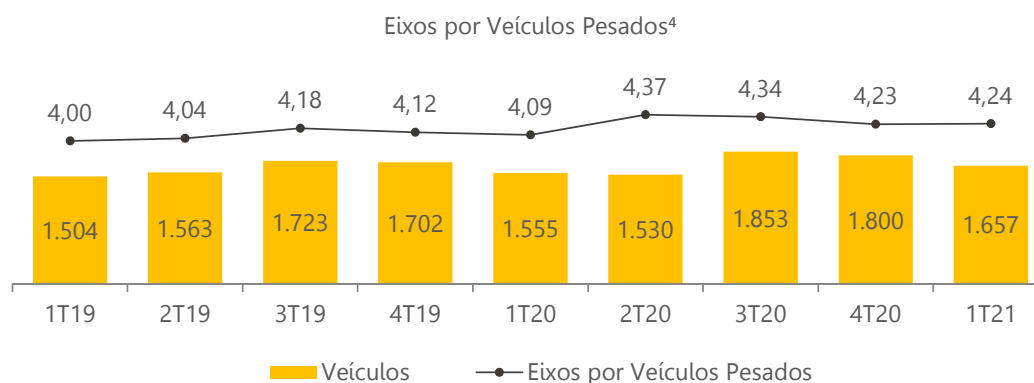
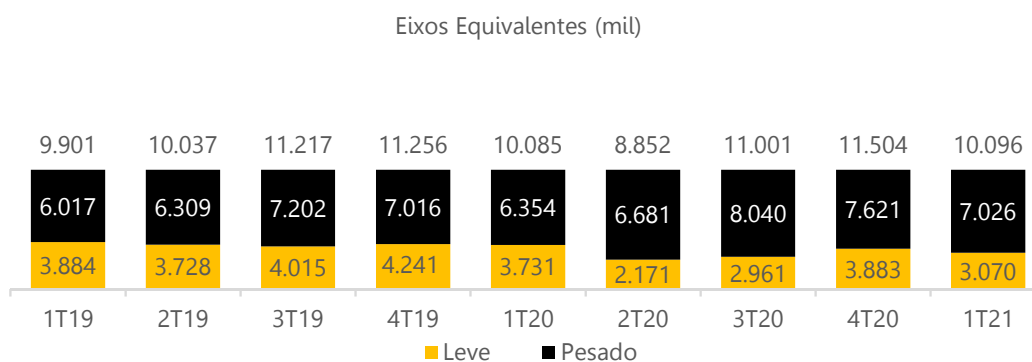
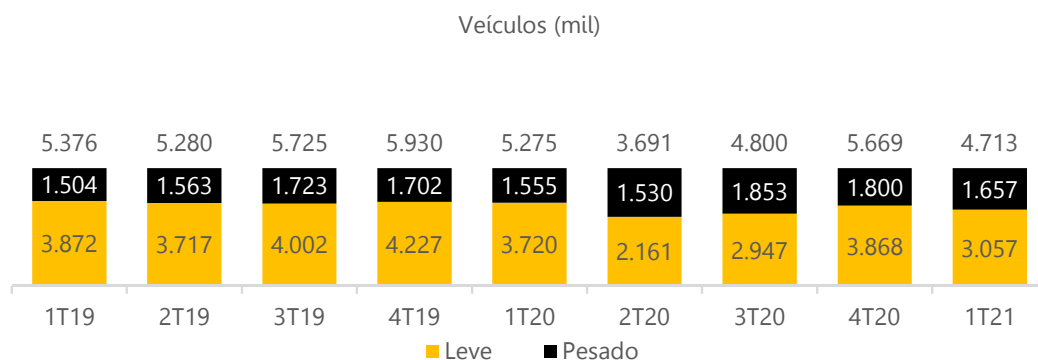
Comentário do Desempenho

» Tráfego por praça em eixos equivalentes



Comentário do Desempenho

Histórico de Tráfego



⁴ O valor de eixos por veículo pesado é o resultado da divisão de eixos equivalentes pesados por veículos pesados.

Comentário do Desempenho

Tarifa Média⁵

A tarifa média por eixo equivalente da Companhia no 1T21 foi de R\$ 13,25 (+1,9%). A tabela abaixo apresenta a tarifa de cada praça de pedágio:

Praça de Pedágio	Tarifa
Araraquara	17,30
Agulha	11,60
Catiguá	16,30
Dobrada	9,00
Taiúva	8,20
Jaboticabal	14,00
Itápolis	7,80

Em 30 de junho de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, considerando o Decreto 64.879, de 20-03-2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19 que atinge o Estado de São Paulo, o Conselho Diretor da Artesp reconhece o reajuste das tarifas de pedágio, mas posterga o início da efetivação para novembro de 2020. Em 30 de outubro de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 1,877703% baseados na evolução do IPCA entre junho/2019 e maio/2020, a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020.

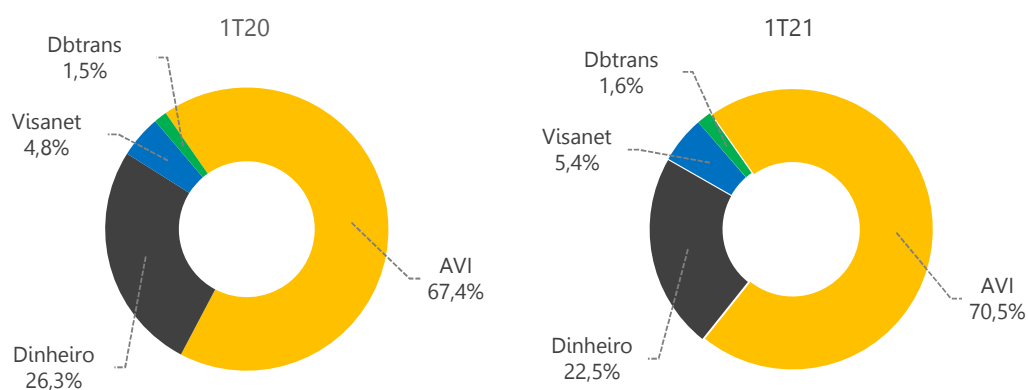
⁵ A tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número total de eixos equivalentes.

Comentário do Desempenho

Receita

Receita (R\$ Mil)	1T20	1T21	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	131.084	133.734	2,0%
Receita de construção	1.142	53	-95,4%
Outras receitas	3.764	4.229	12,4%
Receita bruta	135.990	138.016	1,5%
Imposto sobre a receita e outras deduções	(11.590)	(11.858)	2,3%
Receita operacional líquida	124.400	126.158	1,4%
Receita líquida (ex Construção)	123.258	126.105	2,3%

A receita líquida da Companhia no primeiro trimestre de 2021 foi de R\$ 126,1 milhões (+2,3%). No primeiro trimestre de 2021, 70,5% das receitas de pedágio foram arrecadadas por meio de dispositivos eletrônicos (AVI) e 29,5% por meio manual.



Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais

Custos Inerentes à Operação (R\$ Mil)	1T20	1T21	Var %
Funcionários	(5.038)	(5.591)	11,0%
Materiais e equipamentos	(3.003)	(3.607)	20,1%
Exploração da concessão	(2.023)	(2.070)	2,3%
Prestadores de serviços	(9.398)	(9.302)	-1,0%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(6.285)	(1.838)	-70,8%
Reembolso de seguros	(1.217)	96	-107,9%
Outras despesas	(1.355)	(1.235)	-8,9%
Outras receitas operacionais	47	371	689,4%
Sub total	(28.272)	(23.176)	-18,0%
Despesas de amortização	(18.125)	(19.877)	9,7%
Sub total	(46.397)	(43.053)	-7,2%

Despesas relacionadas a ampliações e manutenção (R\$ Mil)	1T20	1T21	Var %
Conserva, manutenção e operação da rodovia	-	(5.249)	0,0%
Provisão para manutenção	-	-	0,0%
Despesas com construção	(1.142)	(53)	-95,4%
Sub total	(1.142)	(5.302)	364,3%

Total custos e despesas operacionais	(47.539)	(48.355)	1,7%
---	-----------------	-----------------	-------------

EBITDA

EBITDA (R\$ Mil)	1T20	1T21	Var %
Receita líquida	124.400	126.158	1,4%
Receita de construção	(1.142)	(53)	-95,4%
Receita líquida (ex receita de construção)	123.258	126.105	2,3%
Custos operacionais	(47.539)	(48.355)	1,7%
Custos de construção	1.142	53	-95,4%
Custos operacionais (ex custos de construção)	(46.397)	(48.302)	4,1%
EBIT	76.861	77.803	1,2%
Depreciação e amortização	18.125	19.877	9,7%
EBITDA	94.986	97.680	2,8%
Provisão para manutenção	-	-	0,0%
EBITDA ajustado	94.986	97.68	2,8%
Margem EBITDA ajustado	77,1%	77,5%	0,5%

O EBITDA Ajustado da Companhia foi de R\$ 97,7 milhões no primeiro trimestre de 2021 (+2,8%).

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	1T20	1T21	Var %
Receita com rend. de aplicações financeiras e outras	1.886	1.663	-11,8%
Juros com partes relacionadas	7.321	4.569	-37,6%
Receita com operações de instrumentos financeiros	2.292	-	-100,0%
Outras receitas financeiras	627	-	-100,0%
Receitas financeiras	12.126	6.232	-48,6%
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(8.300)	(274)	-96,7%
Despesa com operações de instrumentos financeiros	(1.038)	-	-100,0%
Outras despesas financeiras	(616)	(434)	-29,5%
Despesas financeiras	(9.954)	(708)	-92,9%
Resultado financeiro líquido	2.17	5.524	154,3%

O resultado financeiro líquido da Companhia foi de R\$ 5,5 milhões no 1T21 (154,3%).

Rating

Rating em escala nacional	S&P
5ª emissão	brAA+

Lucro Líquido

O lucro líquido no 1T21 foi de R\$ 55,0 milhões (+5,3%).

Comentário do Desempenho

Governança Corporativa

Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa adotadas pelo mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia:

» Conselho de Administração

- O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.
- Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia;
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões;
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio.

» Auditoria e Demonstrações Financeiras

- Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras;
- Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

» Transparência e Gestão

- Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados;
- Política de divulgação e uso de informações que estabelece normas e procedimentos a serem observados na divulgação de atos e fatos relevantes por parte da Companhia;
- Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia.

Comentário do Desempenho

Responsabilidade Socioambiental



Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe constantemente em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. A atuação do Grupo reconhece seu papel como protagonista ao colaborar com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades por onde passam suas rodovias, com a segurança e a condução segura dos veículos e

com a redução dos impactos ambientais de suas operações.

Para tanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado, especialmente, a programas que valorizam a integridade, a segurança nas vias, e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, efetiva um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado das ocorrências no perímetro da malha viária concedida e que tem servido de base para a elaboração de projetos focados na redução de acidentes. A pesquisa aponta os principais pontos críticos nas vias. Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as prováveis causas, e elabora a estratégia a ser aplicada a fim de evitar novos acidentes.

Além das melhorias em estrutura viária e operacionais, a Companhia também realiza diversas campanhas educativas e preventivas para os usuários e moradores de cidades próximas das rodovias, por meio do Plano de Redução de Acidentes (PRA), um programa que visa promover a educação no trânsito para os mais diversos públicos como caminhoneiro, ciclista, motociclista, pedestre, alunos dos ensinos fundamental e médio, motoristas e comunidade. O foco é promover a cidadania e diminuir acidentes por meio da conscientização.

Apresentação dos Resultados

As informações financeiras e operacionais são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Comentário do Desempenho

Demonstração do resultado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)	31/03/2021	31/03/2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	126.158	124.400
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(42.347)	(35.669)
LUCRO BRUTO	83.811	88.731
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(6.379)	(11.917)
Outras receitas operacionais, líquidas	371	47
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	77.803	76.861
Receitas financeiras	6.232	12.126
Despesas financeiras	(708)	(9.954)
RESULTADO FINANCEIRO	5.524	2.172
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	83.327	79.033
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	(23.228)	(21.033)
Diferidos	(5.136)	(5.828)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	54.963	52.172
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	90,10	85,53

Comentário do Desempenho

Balanço patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais - R\$)	31/03/2021	31/12/2020
ATIVOS		
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	83.319	59.580
Contas a receber de clientes	27.634	33.665
Impostos a recuperar	22.082	4.695
Partes relacionadas	-	473
Debêntures com partes relacionadas	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos	6.747	5.574
Total dos ativos circulantes	139.782	103.987
NÃO CIRCULANTES		
Outros ativos	6.062	6.491
Debêntures com partes relacionadas	343.112	538.025
Depósitos e bloqueios judiciais	116.719	115.665
Imposto de renda e contribuição social diferidos	50.933	56.069
Direito de uso	489	48
Intangível	40.566	59.878
Total dos ativos não circulantes	557.881	776.176
TOTAL DOS ATIVOS	697.663	880.163
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTES		
Debêntures	-	48.780
Arrendamento Mercantil	493	51
Fornecedores	18.676	16.667
Partes relacionadas	999	5.451
Obrigações fiscais	27.785	32.295
Credor pela concessão	686	780
Provisão para manutenção	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	4.274	3.736
Dividendos a pagar	190.936	273.021
Outras contas a pagar	2.509	3.234
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Total dos passivos circulantes	246.358	384.015
NÃO CIRCULANTES		
Debêntures	-	-
Arrendamento Mercantil	-	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	108.999	108.804
Total dos passivos não circulantes	108.999	108.804
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	71.000	71.000
Reservas de capital	97.835	97.835
Reservas de lucros	173.471	218.509
Total do patrimônio líquido	342.306	387.344
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	697.663	880.163

Comentário do Desempenho

Demonstração dos fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em milhares de reais - R\$)	31/03/2021	31/03/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	54.963	52.172
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	5.136	5.828
Amortização do intangível	19.877	18.125
Baixa do intangível	20	180
Juros sobre debêntures passivas e empréstimos e financiamentos	274	8.300
Juros sobre debêntures ativas e mútuos com partes relacionadas	(4.569)	(7.321)
Provisão para manutenção	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	1.837	6.285
Variação monetária com credores pela concessão	-	-
Resultado de instrumentos financeiros não realizados	-	(1.881)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas	6.031	6.289
Partes relacionadas	13.418	(8.866)
Outros ativos	(18.740)	5.556
Depósitos e bloqueios judiciais	(1.341)	2.135
Fornecedores e partes relacionadas	910	1.973
Obrigações sociais e trabalhistas	538	(992)
Obrigações fiscais	23.370	21.023
Provisão para manutenção - utilização	-	(4.797)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - utilização	(1.642)	(3.322)
Apropriação da outorga variável	(94)	(93)
Outras contas a pagar	(284)	(1.560)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(27.593)	(37.058)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	72.111	61.976
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	682	(2.642)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	682	(2.642)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos	-	-
Debêntures:		
Captações	-	-
Pagamento de principal	(48.774)	-
Pagamento de juros	(280)	(4.645)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-	-
Pagamento da outorga fixa	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(49.054)	(4.645)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23.739	54.689
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	59.580	161.086
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	83.319	215.775

Comentário do Desempenho

Contate RI:

Alexandre Tujisoki
diretor financeiro e de
relações com investidores
+55 (11) 3508-9600

Fábio Moura e Silva
gerente financeiro
+55 (11) 3508-9608

www.abtriangulodosol.com.br
ri@triangulodosol.com.br



Notas Explicativas

Informações financeiras intermediárias

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

31 de Março de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
31 de março de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Companhia"), sediada em Matão, Estado de São Paulo, foi constituída em 29 de abril de 1998 e iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. A Companhia obteve, em 25 de fevereiro de 2013, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A. por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Atlantia ("Grupo").

A Companhia tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER, compete à Companhia a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original.

Dessa maneira, o período de exploração da concessão foi estendido para 18 de julho de 2021.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 23, de 06 de fevereiro de 2019, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 58 dias sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original.

Com essas prorrogações, o período de exploração da concessão foi estendido para 14 de setembro de 2021.

Dessa maneira, o contrato de concessão, detido pela Companhia, para exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro, firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem ("DER"), pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos, e prorrogado pelos Termos Aditivos e Modificativos nº 16 e nº 23, tem vigência até 14 de setembro de 2021. Contudo, a Companhia possui desequilíbrios contratuais já reconhecidos por meio de Termos Aditivos Modificativos (TAM's), firmados entre a Companhia e o Poder Concedente, e possui outros pleitos em discussão, cuja modalidade de reequilíbrio ainda não foi definida. Após a avaliação do Poder Concedente sobre os respectivos pleitos, caso não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a Companhia entrará em dormência.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM nº 22, de 15 de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantida a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicaria a revisão contratual para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderia determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, por meio de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013. Entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do contrato de concessão.

Contudo, conforme determinação do governador do Estado de São Paulo, o reajuste das tarifas não foi repassado aos usuários em 1º de julho de 2013, sendo o ônus dessa medida assumido pelo Estado. A compensação dos impactos dessa medida está sendo analisada pela ARTESP. Até o momento foram determinados os seguintes procedimentos de compensação: (a) redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável) por prazo indeterminado; e (b) implantação da cobrança dos eixos suspensos para caminhões. A redução do ônus variável deverá ser formalizada por meio de um TAM específico e a cobrança dos eixos suspensos para caminhões está em vigor desde a publicação da resolução do Governo do Estado de São Paulo. Outras medidas em estudo para a compensação dos impactos do não repasse do reajuste das tarifas são: (a) utilização de eventuais créditos que o Poder Concedente detenha contra a Companhia; e (ii) se houver necessidade, utilização do pagamento dos valores fixos mensais (ônus fixo) devido.

Em 28 de junho de 2014, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2014, em 5,72%, percentual este em desacordo com o que prevê a deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP. A Companhia desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição do reajuste, o que evidencia a unilateralidade da medida e irá negociar o reajuste correto com a ARTESP para assegurar seus direitos contratuais. Em 27 de junho de 2015, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Companhia e a ARTESP o Termo de Rerratificação ao TAM nº 22/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado à Companhia o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 30 de maio de 2018, foi sancionada a Resolução SLT n. 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia possui o direito à recomposição do

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Em 28 de junho de 2019, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 4,66%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2019.

Em 30 de junho de 2020, considerando o Decreto 64.879, de 20-03-2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19 que atinge o Estado de São Paulo, foi autorizado, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, o reajuste tarifário anual, com postergação do início de sua efetivação para outubro de 2020.

Em 30 de outubro de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 1,877703% baseados na evolução do IPCA entre junho/2019 e maio/2020, a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso (ônus) de pagar:

- Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998 e a última em maio de 2018. Essa obrigação era registrada na rubrica "Credor pela concessão" e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 6% ao ano, definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica "Direito de exploração", classificada no ativo intangível;
- Valor variável correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A Companhia concluiu os principais compromissos decorrentes da concessão.

A Companhia, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter nível adequado de serviços durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos, a partir do prazo original do contrato, para as estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequentemente à devolução, não deverá ocorrer à necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Com a finalidade de atender às obrigações de conservação do pavimento do contrato de concessão, a Administração revisou, em dezembro de 2014, o plano de investimento da Companhia. Os trabalhos de manutenção profunda que garantem maior durabilidade do pavimento foram antecipados a fim de garantir um melhor aproveitamento de recursos, maior benefício econômico-financeiro e operacionalidade da infraestrutura.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
31 de março de 2021
(Em milhares de reais)

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Covid-19

Em decorrência da pandemia relativa ao coronavírus (Covid-19), instaurada no âmbito mundial, no ano de 2020, diversas restrições estão sendo realizadas, por medidas preventivas à propagação do vírus. No trimestre findo em 31 de março de 2021, apesar das consequências na economia observamos um baixo incremento no tráfego da rodovia que em eixos equivalentes representou +0,2%, comparado com período anterior, sem efeito da pandemia.

No cenário atual, não é possível prever com exatidão o impacto e a extensão da pandemia de Covid-19 nos negócios da Companhia e na economia. Também não é possível prever quanto a pandemia vai durar e quais serão os impactos na atividade econômica para retornar aos patamares anteriores. Uma situação prolongada pode agravar ainda mais a desaceleração econômica, que pode causar um efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

De qualquer forma a Companhia vem adotando, junto com os órgãos reguladores e as instituições financeiras, medidas para mitigar os impactos da Covid-19.

2. Base de apresentação e elaboração das Informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting, emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações financeiras intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Consequentemente, as presentes informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
31 de março de 2021
(Em milhares de reais)

financeiras de 31 de dezembro de 2020, emitidas em 19 de março de 2021. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão

As Informações financeiras intermediárias foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 14 de Maio de 2021.

Normas novas, alterações e interpretações de normas

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Descrição</u>	<u>Impacto nas demonstrações financeiras</u>
IFRS 17 – Contratos de Seguros	Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.	A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo assim, a Administração da Companhia irá avaliar os impactos do IFRS nas demonstrações financeiras em sua futura adoção.
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante	O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.	As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Administração irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
31 de março de 2021
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e contas bancárias	1.815	2.977
Aplicações financeiras (*)	81.504	56.603
Total	<u>83.319</u>	<u>59.580</u>

* As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com remuneração de 96,0% em março de 2021 (96,0% em dezembro de 2020), da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. Contas a receber de cliente e do poder concedente

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pedágio eletrônico (a)	27.430	33.828
ARTESP - ressarcimento (b)	3.956	3.956
Contas a receber – Receitas acessórias	1.370	1.003
Provisão para perdas de crédito esperada	(5.122)	(5.122)
Total	<u>27.634</u>	<u>33.665</u>

Circulante

27.634 33.665

(a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio. Vide nota 19.c).

(b) Referem-se aos ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes e do Poder Concedente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP, é de 30 dias.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Início do trimestre	(5.122)	(4.878)
Adições a provisão no Trimestre	-	-
Reversões no Trimestre	-	-
Em 31 de março de 2021	<u>(5.122)</u>	<u>(4.878)</u>

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

5. Partes relacionadas

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais	31/03/2021	31/12/2020
Ativo circulante		
Outras partes relacionadas		
Solucionadora Conservação Rodoviária Ltda. (c)	-	473
	-	473
Ativo não circulante		
Controladora:		
AB Concessões S.A. (a)	343.112	538.025
	343.112	538.498
Passivo circulante		
Dividendos a pagar – controladora		
AB Concessões S.A.	190.936	273.021
Fornecedores - outras partes relacionadas		
Solucionadora Conservação Rodoviária Ltda. (c)	130	
AB Concessões S.A. (b)	869	5.451
	191.935	278.472

Transações que afetaram o resultado	31/03/2021	31/03/2020
Custo do Serviço Prestado		
Outras partes relacionadas		
Solucionadora Conservação Rodoviária Ltda. (c)	(3.040)	(3.160)
Despesas Administrativas		
AB Concessões S.A. (b)	(2.614)	(2.726)
	(5.654)	(5.886)
Receitas financeiras		
Controladora		
AB Concessões S.A. (a)	4.569	7.321

(a) Debêntures: Em 29 de setembro de 2012, a controladora AB Concessões S.A. emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A Companhia adquiriu 1.000 debêntures, remuneradas a 100% da variação acumulada das taxas do CDI, acrescidas de juros que variam de 2,8% a 3,2% ao ano, que seriam pagos integralmente na data de vencimento. Essa conta a receber da controladora está vinculada à emissão, por parte da Companhia, das debêntures de 2ª emissão, descritas na nota 8. Essas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014, posteriormente, para 15 de abril de 2020. Em Assembleia geral de Debenturistas realizada em 12 de agosto de 2020 seu vencimento foi prorrogado para 30 de Setembro de 2021. Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,2% entre os dias 24 de abril de 2013 e 31 de janeiro de 2014, 1,35% de 1º de fevereiro de 2014 a 14 de agosto de 2017 e 1,6448% de 15 de agosto de 2017 até a data de seu vencimento em 30 de Setembro de 2021. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento sendo incorporados a cada período de capitalização.

Os recursos repassados à controladora, por meio da aquisição das referidas debêntures, foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela Concessionária SPMAR S.A, empresa concessionária dos trechos sul e leste do Rodoanel Mário Covas, localizado na região metropolitana de São Paulo.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, foi aprovada a proposta de compensação dos dividendos adicionais, com o saldo de debêntures a receber da controladora, conforme mencionado na nota explicativa nº 14, no valor de R\$98.889.

Em 25 de julho de 2019, foi realizada a alienação de 145 (cento e quarenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. em 29/06/2012, no valor de R\$159.669 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e nove mil reais), através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 25 de março de 2020, foi aprovada a alteração da data de vencimento das Debentures da primeira série, prorrogando o seu vencimento até o dia 15 de agosto de 2020.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

Em 24 de março de 2021, foi realizada a alienação de 167 (cento e sessenta e sete) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. de 29/06/2012, no valor de R\$199.482 (cento e noventa e nove milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil reais), através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

(b) Refere-se à prestação de serviços do centro de serviços compartilhados, relacionados à contabilidade e assessoria jurídica, entre outros.

(c) Refere-se a serviços de conservação e manutenção nas rodovias pagos antecipadamente.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada ou remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

Os montantes destinados e reconhecidos como despesa no Trimestre findo em 31 de março de 2021 foram de R\$426, respectivamente R\$ 446 em 31 de março de 2020, os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores aprovada pela Assembleia Geral.

	31/03/2021	31/03/2020
Salários	301	288
Encargos	101	97
Outros benefícios	24	61
Total	426	446

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Crédito de imposto	31/03/2021	31/12/2020
Diferença temporária:		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários.	108.999	108.804
Obrigações Fiscais	19.506	19.009
Mudança de prática contábil (ICPC 01 e OCPC 05) (i)	4.865	8.514
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.122	5.122
Arrendamento mercantil	5	3
Base de cálculo	138.497	141.452
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total dos créditos sobre diferenças temporárias	47.089	48.094
Benefício fiscal incorporado (ii)	5.800	10.150
Total dos créditos	52.889	58.244

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

Débito de imposto	31/03/2021	31/12/2020
Diferença temporária:		
Outros Ativos	5.093	4.997
Ajuste a valor presente líquido (iii)	660	1.319
Encargos financeiros antecipados (iv)	-	81
Base de cálculo	5.753	6.397
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do débito	1.956	2.175
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	50.933	56.069

- (i) O montante líquido de R\$4.865 em 31 de março de 2021 (R\$8.514 em 31 de dezembro de 2020) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais decorrentes da adoção da lei 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do Ativo Imobilizado (fiscal) versus amortização do Ativo intangível (contábil) e provisão de manutenção, e será amortizado pelo prazo remanescente de concessão.
- (ii) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição da Companhia, que foi pago pela antiga controladora da Companhia, a qual foi posteriormente incorporada em 31 de julho de 2015. Com a cisão e posterior incorporação pela Companhia da parcela cindida, a Companhia passou a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, no montante de R\$97.835, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrado conforme Instrução CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM, bem como interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, esses impostos diferidos ativos tiveram como contrapartida a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura da Companhia e será realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até julho de 2021, prazo final da concessão.
- (iii) O montante de R\$660 em 31 de março de 2021 (R\$1.319 em 31 de dezembro de 2020) foi gerado por meio do ajuste a valor presente das obrigações com o Poder Concedente.
- (iv) Referem-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidas na liberação das debêntures, conforme nota 8.

A Administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:

	31/03/2021	31/12/2020
2021	52.889	58.244
	52.889	58.244

b) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos, correntes e diferidos são reconciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2021	31/03/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	83.327	79.033
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	(28.331)	(26.871)
Diferenças permanentes	(33)	(10)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(28.364)	(26.861)

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

Representada por despesa de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(23.228)	(21.033)
Diferidos	(5.136)	(5.828)
	(28.364)	(26.861)

Alíquota efetiva dos impostos

34,04%

34,05%

7. Intangível

A movimentação é como segue:

Custo	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	74.375	897.974	3.497	975.846
Aquisições	-	7.687	29	7.716
Baixas	-	(1.020)	-	(1.020)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74.375	904.641	3.526	982.542
Aquisições	-	417	-	417
Baixas	-	(559)	-	(559)
Saldos em 31 de março de 2021	74.375	904.499	3.526	982.400

Amortização acumulada	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(69.839)	(774.134)	(3.252)	(847.225)
Amortização	(2.832)	(73.259)	(83)	(76.174)
Baixas	-	735	-	735
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(72.671)	(846.658)	(3.335)	(922.664)
Amortização	(702)	(18.985)	(22)	(19.709)
Baixas	-	539	-	539
Saldos em 31 de março de 2021	(73.373)	(865.104)	(3.357)	(941.834)

Intangível líquido	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Direito de uso de software e outros	Total
Saldos em 31/12/2020	1.704	57.983	191	59.878
Saldos em 31/03/2021	1.002	39.395	169	40.566
Taxa média (a.a.)	3,72%	8,13%	2,47%	-

(a) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

(b) Refere-se a investimentos efetuados nas rodovias que geram benefício econômico futuro e que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis inferiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de março de 2021.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
31 de março de 2021
(Em milhares de reais)

8. Debêntures

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimento	31/03/2021	31/12/2020
5ª emissão	390	100% CDI + 2,20% a.a. Fevereiro/2021		-	48.861
				-	48.861
Custo de transação				-	(81)
Total				-	48.780
Circulante				-	48.780

5ª emissão

Em 16 de junho de 2018, a Companhia efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de dezembro de 2020. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures terá amortizações parciais de acordo com o cronograma previsto no instrumento particular de escritura. O montante total da emissão foi de R\$390.000, sendo 390 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 2,20% ao ano, cujos recursos foram destinados para o resgate antecipado total das debentures da 3ª e 4ª emissão, bem como o pagamento antecipado integral de Cédula de Crédito Bancário em 28 de setembro de 2018.

Em 20 de maio de 2020, a companhia aprovou através de Assembleia Geral de debenturistas – AGD, a prorrogação da data de vencimento das debêntures para 15 de fevereiro de 2021, e consequentemente alterações na tabela de Data de Pagamento da Remuneração e na tabela de Data de Amortização das Debêntures.

Em 17 de fevereiro de 2021 a companhia liquidou a 5ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.

9. Fornecedores

	31/03/2021	31/12/2020
De materiais	5.992	4.430
De serviços de engenharia	12.684	12.237
Total	18.676	16.667

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
31 de março de 2021
(Em milhares de reais)

10. Credor pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, composto pelos valores devidos ao Poder Concedente pela exploração da concessão.

O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998. Os montantes foram reajustados conforme mencionado na nota 1.

O montante do ônus por concessão é apresentado como segue:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Parcela variável (a)	686	780
Total	<u>686</u>	<u>780</u>

(a) Saldo variável correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Conforme mencionado na nota 1, pelo fato de o reajuste das tarifas de pedágio não ter sido repassado aos usuários, este percentual foi reduzido em 50% por prazo indeterminado, devendo essa redução ser formalizada através de TAM específico.

No decorrer do Trimestre findo em 31 de março de 2021 foram pagos ao Poder Concedente o montante de R\$2.184 e, respectivamente R\$2.116 em 31 de março de 2020, referente à parte variável do direito de exploração.

11. Obrigações fiscais

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda	16.672	19.908
Contribuição social	6.150	7.279
Total Imposto de renda e contribuição social a pagar	<u>22.822</u>	<u>27.187</u>
Imposto Sobre Serviços – ISS	2.384	2.648
Total de obrigações municipais	<u>2.384</u>	<u>2.648</u>
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	2.271	2.191
Outras	308	269
Total de obrigações federais	<u>2.579</u>	<u>2.460</u>
Total obrigações fiscais	<u>27.785</u>	<u>32.295</u>

12. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes a casos administrativos (não trabalhista ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
31 de março de 2021
(Em milhares de reais)

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros contratados, conforme mencionado na nota explicativa n. 21, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, no montante de R\$5.093.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e outros é conforme segue:

	31/12/2020	Adições	Atualizações	Reversões	Utilizações	31/03/2021
Cíveis (a)	26.314	1.137	752	(2.225)	(1.618)	24.360
Trabalhistas (b)	60.984	2.893	1.843	(1.225)	(275)	64.220
Tributário (d)	1.172	-	-	(1.110)	(5)	57
Outras contingências (c)	20.334	166	-	(394)	256	20.362
Total	108.804	4.196	2.595	(4.954)	(1.642)	108.999

	31/12/2019	Adições	Atualizações	Reversões	Utilizações	31/12/2020
Cíveis (a)	29.226	2.301	3.242	(3.386)	(5.069)	26.314
Trabalhistas (b)	37.331	18.751	13.277	-	(8.375)	60.984
Tributário (d)	1.121	56	-	(4)	(1)	1.172
Outras contingências (c)	6.348	14.426	361	(520)	(281)	20.334
Total	74.026	35.534	16.880	(3.910)	(13.726)	108.804

- (a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. O incremento identificado no período decorre da tese de responsabilidade objetiva atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.
- (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. O incremento identificado no período decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores
- (c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.
- (d) Refere-se a casos judiciais vinculados aos fiscos municipais, no que tange ao recolhimento do ISSQN.

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos cíveis (casos judiciais não trabalhistas ou tributários), decorrentes de pedidos de indenização por usuário das rodovias, desapropriações, discussões com fornecedores e com o Poder Público no valor de R\$28.977 (R\$24.245 em 31 de dezembro de 2020), trabalhistas, decorrentes de pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras, aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros, no valor de R\$4.172 (R\$4.221 em 31 de dezembro de 2020) e outras contingências, decorrentes de processos administrativos, não trabalhista ou tributário, iniciados por notificações aplicadas pelo Poder Público no valor de R\$11.041 (R\$11.124 em 31 de dezembro de 2020) ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, ou

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
31 de março de 2021
(Em milhares de reais)

reflexos dos seus *stakeholders*, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão. Dentre os processos cíveis, consta a ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM nº 19/06, que, conforme mencionado na nota 1, aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados. O processo está em fase de instrução e aguarda pela conclusão da perícia e produção de provas requeridas.

O saldo de depósitos judiciais e bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$29.317 e R\$87.400, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 (R\$29.342 e R\$86.323, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020), classificados no ativo não circulante, referem-se a garantias judiciais. O valor de garantia judicial corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$128.298 (R\$123.823 em dezembro de 2020, e nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e figurou como parte na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial.

13. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de março de 2021 e 2020 é de R\$71.000 e está representado por 610.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas diretamente pela AB Concessões S.A.

Reserva de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do grupo AB Concessões S.A. A AB Concessões S.A., única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Companhia. A Companhia registrou Reserva de capital de R\$97.835, como contrapartida dos saldos incorporados.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social). Em 31 de dezembro de 2020, não foi constituída reserva legal, pois seu saldo já atingiu o limite de 20% do capital social.

O lucro remanescente, após as destinações legais e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica "Reserva de lucros".

Conforme previsto na lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social e, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso, nos termos da lei.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$149.408, oriundos da conta de reservas de lucros.

Em 24 de março de 2021, foi realizada a alienação de 167 (cento e sessenta e sete) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. em 29/06/2012, no valor de R\$199.482 (cento e noventa e nove milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil reais), através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$100.000, oriundos da conta de reservas de lucros.

14. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme segue:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Receita com arrecadação de pedágio	133.734	131.084
Receita de construção (*)	53	1.142
Outras receitas	4.229	3.764
Receita bruta	<u>138.016</u>	<u>135.990</u>
Deduções da receita:		
ISS	(6.821)	(6.667)
PIS	(897)	(877)
COFINS	(4.140)	(4.046)
Receita líquida	<u>126.158</u>	<u>124.400</u>

(*) Vide nota 2, item "d)" apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

15. Custos e despesas por natureza

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Serviços de terceiros - conservação, manutenção e operação da rodovia	(5.249)	-
Despesas de amortização (**)	(19.877)	(18.125)
Despesas com a exploração da concessão (custo variável da outorga)	(2.070)	(2.023)
Despesas com prestadores de serviços	(9.302)	(9.398)
Despesas com funcionários	(5.591)	(5.038)
Despesas com materiais e equipamentos	(3.607)	(3.003)
Custos com construção (*)	(53)	(1.142)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(1.838)	(6.285)
Seguros	96	(1.217)
Outras receitas	371	47
Outras despesas gerais e administrativas	(1.235)	(1.355)
Total	<u>(48.355)</u>	<u>(47.539)</u>

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

Classificadas como:

Custo dos serviços prestados	(42.347)	(35.669)
Despesas gerais e administrativas	(6.379)	(11.917)
Outras receitas operacionais, líquidas	371	47
Total	(48.355)	(47.539)

(*) Vide nota 2, item "d)" apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

(**) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16 e CPC 06 (R2). Este último no valor de R\$ 168 em 31 de março de 2021 e R\$ 916 em dezembro de 2020

16. Receitas e despesas financeiras

	31/03/2021	31/03/2020
Receitas financeiras		
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	1.663	1.886
Juros com partes relacionadas	4.569	7.321
Receita com operações de instrumentos financeiros derivativos – Hedge	-	2.292
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros derivativos	-	627
	6.232	12.126
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures	(274)	(8.300)
Despesa com operações de instrumentos financeiros derivativos – Hedge	-	(656)
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros derivativos	-	(382)
Outras despesas financeiras	(434)	(616)
	(708)	(9.954)
Resultado financeiro	5.524	2.172

17. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído	31/03/2021	31/03/2020
Lucro líquido do trimestre	54.963	52.172
Número médio ponderado de ações	610.000	610.000
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	90,10	85,53

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
31 de março de 2021
(Em milhares de reais)

No trimestre findo em 31 de março de 2021 e de 2020, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação e, portanto, o lucro por ação básico e diluído são idênticos.

18. Demonstração dos fluxos de caixa

Informações suplementares

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Caixa desembolsado durante o trimestre:		
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa		
Fornecedores de intangível	1.099	1.261
Compensação de saldo a receber de partes relacionadas com dividendos distribuídos	199.482	-

19. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos na rodovia, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, uma vez que:

1. O caixa e os equivalentes de caixa estão substancialmente indexados ao CDI.
2. As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

3. As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo superior a um ano e estão atreladas a operações futuras de empresas vinculadas ao seu grupo controlador, conforme apresentado na nota 5 e incorporam os juros a receber até a data do balanço.
4. Credor pela concessão refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na nota 10, e está atualizado monetariamente e ajustado a valor presente até a data do balanço.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos e financiamentos aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	-	-	48.780	48.921

(*) Valores brutos dos custos de transação das parcelas não protegidas, conforme mencionado na nota 8.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Companhia conforme suas características:

	31/03/2021	31/12/2020
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	83.319	59.580
Contas a receber e partes relacionadas	27.634	34.138
Debêntures com partes relacionadas	343.112	538.025
Passivos		
Fornecedores e partes relacionadas	19.675	21.968
Debêntures - 2ª emissão - 1ª série e 5ª emissão.	-	48.861
Credor pela concessão	686	780

Riscos de mercado

a) *Exposição a riscos cambiais*

Em 31 de março de 2021, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
31 de março de 2021
(Em milhares de reais)

b) *Exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado. Em 31 de março de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de março de 2021;
- Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de março de 2021;
- Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de março de 2021.

	Valor contábil	Cenário provável (i)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (i)	-	4,58%	5,73%	6,87%
Aplicações financeiras e debêntures ativas				
Indexador:				
CDB, operações compromissadas – CDI	81.504	3.580	4.474	5.368
Debêntures ativas – CDI	343.112	21.617	25.610	29.603
Exposição líquida	<u>(424.616)</u>	<u>(25.197)</u>	<u>(30.084)</u>	<u>(34.971)</u>
Aumento nas receitas financeiras em relação ao cenário base	-	-	4.887	9.774

(i) Fonte: Boletim de índices financeiros da BM&F Bovespa projetado para 2021

c) *Risco de crédito*

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na nota 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”).

A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
31 de março de 2021
(Em milhares de reais)

A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia.

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 31 de março de 2021, o passivo circulante supera o ativo circulante no montante de R\$106.576 (R\$280.028 em 31 de dezembro de 2020). Durante o período findo em 31 de março de 2020, a Companhia gerou caixa oriundo de atividades operacionais que, somado ao caixa disponível, permitiu que os compromissos fossem honrados. Caso ocorra a necessidade de novos recursos para fazer frente às suas obrigações, a Companhia poderá levantar novos financiamentos com instituições financeiras ou acessar o mercado de capitais. Caso os financiamentos não sejam obtidos, a Companhia contará, ainda, com o aporte de capital de sua controladora.

As debêntures passivas, conforme mencionado na nota 8, foram emitidas tendo em vista o pagamento e alongamento dos empréstimos e financiamentos existentes, além do repasse de recursos à controladora, conforme mencionado na nota 5.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos e ativos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI na data do balanço:

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
31 de março de 2021
(Em milhares de reais)

<u>Modalidade</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Juros Estimados (*)</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>Mais de 90 dias</u>	<u>Circulante</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Não circulante</u>
Ativos circulantes e não circulantes									
Contas a receber e contas a receber poder concedente	27.634	-	27.634	-	27.634	-	-	-	-
Partes relacionadas	343.112	194.763	-	537.875	537.875	-	-	-	-
Outras contas a receber	6.747	-	-	6.747	6.747	-	-	-	-
Total	377.493	194.763	27.634	537.875	572.256	0	-	-	0
Passivos									
Credor pela concessão	686	-	686	0	686	0	-	-	-
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas	19.675	-	7.756	11.919	19.675	-	-	-	-
Outras contas a pagar	2.509	-	-	2.509	2.509	-	-	-	-
Total	22.870	0	8.442	14.428	22.870	0	-	-	0

(a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de março de 2021 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

(b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões das escrituras de emissões de debêntures

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
31 de março de 2021
(Em milhares de reais)

20. Seguros contratados

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

Em 31 de março de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	17.120	09/2021
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória), Danos materiais e corporais a terceiros	49.180	09/2021
Seguro riscos responsabilidade civil	Funções de ampliação	47.670	09/2021
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	9.339	09/2021
Seguro-garantia		140.626	09/2021

21. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

22. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovada a proposta para a alocação do lucro líquido do exercício de 2020 da seguinte maneira: (a) R\$49.170 (Quarenta e nove milhões, cento e sessenta mil reais) distribuídos a título de dividendo mínimo obrigatório; (b) R\$33.309 (trinta e três milhões, trezentos e nove mil reais) distribuídos diretamente ao acionista da Companhia em razão do excedente à conta de Reserva de Lucros, nos termos do art. 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (c) R\$114.200 (cento e quatorze milhões e duzentos mil reais) alocados na conta de Reserva de Lucros da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.
Matão – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que descreve que o contrato de concessão, detido pela Companhia, para exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro, firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem (“DER”), pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos, e prorrogado pelos Termos Aditivos e Modificativos nº 16 e nº 23, tem vigência até 14 de setembro de 2021. Contudo, conforme descrito na referida nota, a Companhia possui desequilíbrios contratuais já reconhecidos por meio de Termos Aditivos Modificativos (TAM’s), firmados entre a Companhia e o Poder Concedente, e possui outros pleitos em discussão, cuja modalidade de reequilíbrio ainda não foi definida. Após a avaliação do Poder Concedente sobre os respectivos pleitos, caso não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a Companhia entrará em dormência. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 19 de março de 2021 sem modificação e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2020 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 11 de maio de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à Demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP252905/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de Março de 2021 da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa e todos os demais aspectos relevantes correspondentes aos períodos apresentados.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou o relatório com a opinião dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de Março de 2021 da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tal opinião e parecer sobre as Demonstrações financeiras refletem adequadamente todos os aspectos relevantes da Companhia.